



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UNIDADE TÉCNICA DE REFORMA
DA
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
UTRAFE

**RELATÓRIO ANUAL DA UTRAFE
– 2006 –**

Preparado pela UTRAFE

Maputo, Março de 2006

Controlo da Revisão do Relatório

Versão	Descrição da Versão	Data de Revisão	Autor
Versão 1	Conclusão da Elaboração inicial	18/03/07	JM
Versão 1.1	Correcção e edição	25/03/07	CJ
Versão 1.2	Revisão do Relatório Financeiro	27/03/07	LN
Versão 1.3			
Versão 1.4			

Lista de Distribuição do Relatório:

Distribuído à:	Data
Sua Excelência o Ministro das Finanças	28/03/07
Sua Excelência Vice-Ministro das Finanças	28/03/07
Sua Excelência Secretário Permanente MF	28/03/07
Directores Nacionais e Adjuntos do MF	28/03/07
Membros do Steering Committee	28/03/07
Membros do QAG	28/03/07
Director da UTRESP	28/03/07
Coordenador Geral da UTRAFE	28/03/07
Coordenador Adjunto para Área Técnica	28/03/07
Administrador para Administração e Finanças	28/03/07
Administração de Segurança	28/03/07
Área de Projectos e Desenvolvimento	28/03/07
Área do Centro de Dados	28/03/07
Área de Apoio Funcional	28/03/07

RELATÓRIO DO PROJECTO SISTAFE

Período Compreendido Entre: 01/01/2006 à 31/12/2006

(Este relatório é confidencial e não deverá ser distribuído sem a autorização da UTRAFE)

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
<u>1 ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS DURANTE O PERÍODO</u>	6
1.1 IMPLEMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NO E-SISTAFE (OUTPUT 1)	8
1.1.1 DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONALIDADES	8
1.1.1.1 Execução Orçamental por via Directa	8
1.1.1.2 Encerramento de Exercício Financeiro	9
1.1.1.3 Relatórios de Execução Orçamental no e-SISTAFE	9
1.1.2 INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	12
1.1.2.1 Fase I	12
1.1.2.2 Fase II	12
1.1.2.3 Fase III e IV	12
1.1.3 FORMAÇÃO DE UTILIZADORES	14
1.1.3.1 Fase I	14
1.1.3.2 Fase II	15
1.1.3.3 Fase III	15
1.1.3.4 Fase IV	16
1.1.4 OUTRAS ACTIVIDADES COMPLEMENTARES	17
1.1.4.1 Encerramento de Exercício	17
1.1.4.2 Criação dos Departamentos de Apoio ao SISTAFE	18
1.1.5 IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO E-SISTAFE	18
1.2 ORÇAMENTAÇÃO POR PROGRAMA (OUTPUT 5)	19
1.3 CPD – CENTRO DE DADOS (OUTPUT 8)	20
1.3.1 FINALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO PARA O NOVO CENTRO DE DADOS	20
1.3.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	20
1.3.2.1 Exploração do e-SISTAFE	21
1.3.2.2 Gestão de Incidentes	22
1.4 MÓDULO DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTAL (OUTPUT 9)	25
1.4.1 DISPONIBILIZAÇÃO DA FASE I DO MEO	25
1.4.1.1 Formação no Âmbito da Fase I do MEO	25
1.4.2 FASE II DO MEO	25
1.5 GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA UTRAFE (OUTPUT 10)	26
1.5.1 PLANEAMENTO DA REFORMA	26
1.5.1.1 Revisão do Plano de Acção e Orçamento 2006 – 2009	26
1.5.1.2 Aprovação do Plano e Orçamento de Transição (Bridging Plan)	26
1.5.1.3 Aprovação do Plano de Acção e Orçamento de 2007	27
1.5.1.4 Elaboração do Plano de Rollout do e-SISTAFE nos Districtos	27
1.5.1.5 Business Case Cadastro de Agentes e Funcionários do Estado	27
1.5.2 GESTÃO DA REFORMA	27

1.5.2.1	Auditoria Financeira do Exercício 2005	27
1.5.2.2	Auditoria de Segurança e da Integridade dos Dados	28
1.5.2.3	Baseline Study	28
1.5.2.4	Missões do FMI	29
2	<u>ACTIVIDADES PLANEADAS PARA ESTE PERÍODO E NÃO REALIZADAS</u>	29
3	<u>ACTIVIDADES PLANEADAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO</u>	30
4	<u>MONITOREIO FINANCEIRO</u>	31
4.1	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	31
4.1.1	RELATÓRIO POR OUTPUTS E DESCRIÇÃO	31
4.1.2	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR DESCRIÇÃO	33
4.2	REVISÃO DO ORÇAMENTO	34
4.3	ASSUNTOS QUE POSSAM ALTERAR O ORÇAMENTO NO PRÓXIMO PERÍODO	34
5	<u>GESTÃO E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS</u>	35
6	<u>QUALITY ASSURANCE</u>	35
7	<u>LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES:</u>	35

Sumário Executivo

Durante o ano de 2006 o SISTAFE registou uma mudança do desenvolvimento conceptual para a descentralização da execução orçamental através do e-SISTAFE.

As actividades da UTRAFE em 2006 centraram-se na implementação da execução orçamental por via directa em 28 sectores significando a descentralização da execução orçamental através do e-sistafe, para 28 Ministérios e Órgãos a nível central e provincial. Tendo-se também realizadas várias actividades com vista a prontificação de um módulo do e-SISTAFE para elaboração orçamental o qual entrou em funcionamento em Julho de 2006, permitindo que a proposta do Orçamento do Estado seja feita na base dos classificadores orçamentais da lei do SISTAFE.

Foi também criado no ano de 2006, o novo centro de dados com equipamento funcionalmente igual ao já existente, para permitir a existência de um centro que pode funcionar na falha do outro garantindo-se assim a disponibilidade contínua do e-SISTAFE aos seus utilizadores.

O ano de 2006, também deu início a uma segunda fase do programa do SISTAFE, com a assinatura de um novo Memorandum de Entendimento entre os Parceiros Internacionais e o Governo de Moçambique, o qual baseia-se no Plano de Acção e Orçamento da UTRAFE para o período entre meados de 2006 a 2009.

As perspectivas para a reforma do SISTAFE no período de 2007 consistem na redução do uso de sistema de adiantamento de fundos e massificar o uso do pagamento por via directa até a conta do beneficiários final.

Estarão também em curso em 2007 várias actividades com vista a disponibilização de vários sistemas integrantes do e-SISTAFE tais como o e-CAF (Cadastro de Agentes e Funcionários do Estado, Gestão de Património do Estado e Rede de Cobranças.

Todas as actividades realizadas em 2006 na UTRAFE foram contabilizadas em **13,304,003.61** Doláres Americanos.

1 ACTIVIDADES PLANEADAS E REALIZADAS DURANTE O PERÍODO

As actividades realizadas no exercício de 2006 pela UTRAFE, estão definidas no Plano de Acção e Orçamento Transitório e no Plano de Acção e Orçamento (APB) para 2006, ambos discutidos e aprovados pela UTRAFE e pelos Parceiros Internacionais (PI) do SISTAFE.

O plano de acção e orçamento transitório foi criado porque o Memorandum de Entendimento do SISTAFE expirava em finais de 2005 e para dar continuidade as demais actividades da reforma do SISTAFE era necessário a assinatura de um novo Memorandum de Entendimento. Para assinatura desse memorandum foram colocadas algumas condicionalidades que a UTRAFE tinha que alcançar durante o 1º Semestre de 2006, essas condicionalidades constituem o Plano de Acção e Orçamento Transitório.

Para melhor comparação entre o planeado e o realizado em 2006 apresenta-se abaixo, o extracto do Plano de Acção Transitório para o primeiro semestre de 2006 e o Plano de Acção para o 2º Semestre de 2006, mostrando uma lista de produtos por realizar:

Principais Entregáveis durante o Período Transitório de 6 Meses - 1º Semestre		
Output	Produtos a entregar	Mês Ano
1	<ul style="list-style-type: none">• Homoine I (suportar à Execução Orçamental por via directa) e versão Metical• Instalação da infra-estrutura no MINAG, MOPH e MISAU• Preparação de material de formação• Formação dos formadores (app. 50)• Formação de utilizadores normais• Formação de super-utilizadores (app. 60) <p>MINAG, MOPH e MISAU (app. 500 Utilizadores)</p> <p>MEC, MF, MPD (app. 350 utilizadores)</p> <ul style="list-style-type: none">• Implementação da Estratégia de Gestão de Mudanças	Junho 2006 Junho 2006 Maio 2006 Maio 2006 Maio 2006 Maio-Junho 2006 Junho-Julho 2006 Junho-Julho 2006 Maio-Junho 2006
5	<ul style="list-style-type: none">• Metodologia orçamental para o piloto de orçamentação por programa e escolha do Ministério piloto	Maio 2006
8	<ul style="list-style-type: none">• Finalização do Centro de Dados, operação do e-SISTAFE e do operação do CPD	Maio 2006 Permanente
9	<ul style="list-style-type: none">• Customização e implementação do modulo de elaboração orçamental• Preparação da Metodologia• 1ª versão do Módulo de Elaboração Orçamental	Maio 2006 Junho 2006 Julho 2006
10	<ul style="list-style-type: none">• APB revisto, actualizado e aprovado pelo SC	May 2006

	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do “Business case” da Rede de Cobrança (conforme proposto pelo QAG) • Operação da UTRAFE 	Maio-Junho 2006 Permanente
--	--	-----------------------------------

Plano do Segundo Semestre de 2006

Principais Entregáveis durante o Segundo Semestre de 2006		
Output	Produtos a entregar	Mês Ano
1	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do e-SISTAFE em todos os Ministérios e Órgãos nos níveis centrais e provinciais excepto 3 a implementar em princípios de 2007) • Inhassoro (Encerramento de Exercício e Conta Geral do Estado (CGE)) • Outras funcionalidades relacionadas com Homoine 	Dezembro 2006 Finais Outubro
8	Operação do CPD	Permanente
9	<ul style="list-style-type: none"> • Finalização da Fase I do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO) • Início da preparação do Fase II do MEO 	<ul style="list-style-type: none"> • Setembro • Outubro
10	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão/Operação da UTRAFE • Auditoria de Segurança de TI 	<ul style="list-style-type: none"> • Contínua • Princípios de Dezembro
Total fixed outputs		
Business cases		
2	<ul style="list-style-type: none"> • UTRAFE, UTRESP, ANFP e TA preparar ToR aprovados por todas as partes envolvidas. ToR deverão ser consistentes com o estabelecimento da CUF tal como apresentado no APB. • Procurement do material irá iniciar em princípios de Dezembro de 2006. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentado em Outubro
3*	<ul style="list-style-type: none"> • O <i>Business Case</i> de Gestão de Património do Estado deverá ser apresentado ao Partnership Committee do SISTAFE no 1º trimestre de 2007 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Trimestre de 2007
4	<ul style="list-style-type: none"> • UTRAFE e DGI/DGA/ATM/DNT terá os ToR aprovados para a rede de cobrança • O Business Case para rede de cobrança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dezembro de 2006
5	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura de Orçamentação por Programa 	<ul style="list-style-type: none"> • Dezembro de 2006
6*	<ul style="list-style-type: none"> • O Business Case para Orçamentação por 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Trimestre de 2007

	Programa	
7*	<ul style="list-style-type: none">• Geração contínua de relatórios• Implementação no IGF• Business Case para Auditoria Interna	<ul style="list-style-type: none">• Permanente• Dezembro de 2006• 1º Trimestre de 2007

Os pontos 1.1 a 1.5, tratam as actividades realizadas de acordo com os planos acima listados e o ponto 2 apresenta as actividades planeadas para o período, e não realizadas.

1.1 Implementação da Execução Orçamental no e-SISTAFE (Output 1)

O plano de 2006, tem como foco principal a preparação de todos os aspectos para a implementação do macro-processo “execução orçamental” por via directa através do e-SISTAFE, como definido no Modelo Conceptual do SISTAFE, concretizando a descentralização da execução orçamental em 28 sectores.

Para a descentralização dos 28 sectores, a UTRAFE planeou a sua implementação em 4 fases :

Fase I	: 6 Sectores	em Julho de 2006
Fase II	: 7 Sectores	Em Setembro de 2006
Fase III	: 11 Sectores	Em Novembro de 2006
Fase IV	: 4 Sectores	Em Dezembro de 2006

A Missão do FMI em finais de 2006, após a exposição do caso pela UTRAFE, não achou viável a implementação do e-SISTAFE nos sectores em Novembro e menos em Dezembro dado estar-se a 1 mês do encerramento do exercício, e acrescidas as dificuldades de cumprimento dos prazos por parte dos fornecedores da UTRAFE.

Assim a meta para iniciar a execução orçamental via directa para os sectores da Fase III e IV foi alterada para o primeiro dia útil de 2007.

Para realização deste objectivo, foram desencadeadas várias actividades nas áreas, nomeadamente:

- Desenvolvimento de funcionalidades,
- Instalação de infra-estruturas tecnológicas,
- Formação de utilizadores,
- Outras Actividades Complementares,

como é detalhado nos pontos 1.1.1 a 1.1.4.

1.1.1 DESENVOLVIMENTO DE FUNCIONALIDADES

1.1.1.1 Execução Orçamental por via Directa

As actividades realizadas em termos de desenvolvimento durante o 1º semestre tiveram como objectivo principal a disponibilização da funcionalidade para execução orçamental por via directa através do e-SISTAFE, e assegurar a preparação do e-SISTAFE para realizar a execução orçamental na nova família do Metical.

Foi implementada com êxito a versão Homoine¹. No mesmo período foram também implementadas correcções de melhoria na versão Changara, versão disponibilizada anteriormente.

A versão Homoine foi testada e disponibilizada em Junho de 2006, e proporcionado o ambiente de produção e o ambiente de formação.

A execução orçamental por via directa disponibilizada em Junho de 2006, dentre outros, permitia:

- Realizar pagamentos das despesas directamente ao fornecedor via e-SISTAFE;
- Executar as despesas cumprindo a sequencia das fases da execução da despesa (cabimentação, liquidação e pagamento); e
- proporcionar acesso directo à CUT pelos Sectores através de sub contas da CUT virtual.

1.1.1.2 Encerramento de Exercício Financeiro

Foram desenhadas, desenvolvidas e implementadas funcionalidades para encerramento do exercício findo e abertura do novo exercício financeiro.

Esta funcionalidade permite hoje manter em aberto o exercício findo em simultâneo com o novo exercício aberto e em curso de execução, permitindo a actualização dos processos administrativos do ano anterior não devidamente encerrados.

O ponto 1.1.4.1 abaixo, detalha os entregáveis desenvolvidos neste capítulo.

1.1.1.3 Relatórios de Execução Orçamental no e-SISTAFE

1.1.1.3.1 Conta Geral do Estado

Após a implantação da versão Homoine e dos relatórios de gestão, foi possível à UTRAFE priorizar o desenvolvimento dentro do ambiente do e-SISTAFE, da produção do Relatório da Conta Geral do Estado (CGE), tendo como meta a sua aplicação ao exercício de 2006.

O desenvolvimento dos trabalhos teve início em 24 de Outubro de 2006. A 15 de Dezembro de 2006 foram entregues todos os relatórios para validação, em ambiente de produção.

Entretanto foram introduzidas algumas alterações às especificações iniciais, estando prevista para Março de 2006 a entrega final, em tempo útil para a produção e emissão do Relatório da Conta Geral do Estado.

1.1.1.3.2 Relatórios Trimestrais

Dado que estes relatórios da execução orçamental, não estavam previstos nas prioridades estabelecidas pela UTRAFE até ao final de 2006. Durante os três primeiros trimestres de 2006, eles foram produzidos com base em dados extraídos do e-SISTAFE, num ambiente externo ao e-SISTAFE. Entretanto, os relatórios já estão especificados e validados.

No início de 2007 iniciou-se o seu desenvolvimento para produção directamente no e-SISTAFE, prevendo-se a sua disponibilização em finais de 1º trimestre de 2007.

¹ versão que habilita a execução orçamental por via directa

1.1.1.3.3 Relatórios de Gestão

No início do exercício de 2006, foram desenvolvidos alguns Relatórios em EXCEL, na base de dados extraídos directamente do e-SISTAFE. Posteriormente, com base nos mesmos dados, foram preparados e formatados relatórios em ACCESS pelos Analistas da DNCP.

Nos dois casos, existe o risco de alguma inconsistência de dados, já que os relatórios foram processados fora do ambiente e-SISTAFE.

Com a entrada em produção, em Julho, da versão Homoine, ficou criada a possibilidade de se priorizar a disponibilização de relatórios de gestão directamente no e-SISTAFE.

Hoje, a maioria dos Relatórios estão disponíveis e acessíveis a nível nacional, a partir do e-SISTAFE.

Algumas melhorias e novos tipos de relatórios estão em desenvolvimento, com previsão de entrada em produção nos finais do 1º trimestre de 2007.

Na Tabela 1 encontram-se detalhados os tipos, quantidades e a situação de cada relatório:

<i>TIPO DE RELATÓRIO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>SITUAÇÃO</i>
Por Província	4	Em produção
Por Província/CED	4	Em produção
Por CED	15	Em produção
Por UGB	15	Em produção
Por Distrito/CED	11	Em produção
Por Autarquia/CED	11	Em produção
Por UGB/Função/Programa/FR/CED	15	Em produção
Por UGB/CED	15	Especificado
Por Âmbito/CED	1	Especificado
Por Distrito/Âmbito Provincial	1	Especificado
Por Autarquia/Âmbito Provincial	1	Especificado
Por CED/Mês a Mês	1	Em Produção
Por Operações Financeiras	1	Em produção

Tabela 1. Detalhe dos Mapas disponibilizados e em desenvolvimento.

1.1.2 Instalação de infra-estruturas tecnológicas

A extensão da infra-estrutura para habilitar a execução orçamental através do e-SISTAFE foi feita nas UGEs (DAFs) dos sectores alvos definidos.

1.1.2.1 Fase I

Até 30 de Junho de 2006 foram construídas redes locais, e instalados e configurados terminais de acesso ao e-SISTAFE e respectivas impressoras, em 34 UGEs, referentes aos sectores da Fase I.

A fase I contempla os Ministérios das Finanças, Educação e Cultura, Planificação e Desenvolvimento, Saúde, Agricultura e Obras Públicas. Esta instalação foi implantada somente nos Ministérios de Saúde, da Agricultura e das Obras Públicas e Habitação, tendo os outros sido contemplados nos finais de 2005.

Este trabalho correu em paralelo com a extensão das linhas de comunicações de dados, a nível provincial, de cada um dos DAF (UGE) sectoriais até às respectivas DPPF, e a nível central, de cada UGE central até ao Centro de Dados da UTRAFE.

Nesta fase foram disponibilizados 204 terminais e 34 impressoras, numa média de 6 terminais por cada UGE, todos com acesso aos ambientes de produção (com dados reais), e ambiente de formação (com dados fictícios) da versão homoine.

1.1.2.2 Fase II

Após o levantamento das condições físicas dos locais, foram preparadas todas as condições infra-estruturais e técnicas dos sectores da Fase II até 30 de Agosto de 2006, de modo a permitir o início da execução orçamental no dia 1 de Setembro de 2006.

Para o efeito foram construídas redes locais, e instalados e configurados terminais de acesso ao e-SISTAFE e respectivas impressoras, nas UGEs dos seguintes sectores:

- Presidência da República e Gabinetes dos Governadores,
- Gabinete do 1º Ministro,
- Assembleia da República,
- MAE (Secretarias Provinciais),
- Ministério de Ciência e Tecnologia,
- Ministério de Interior .

Este trabalho correu em paralelo com a extensão das linhas de comunicações de dados da DPPF até cada DAF (UGE) do sector, enquanto ao nível central esta extensão era feita até ao Centro de Dados da UTRAFE.

Nesta fase foram disponibilizados 16 impressoras e 147 terminais, a uma média de 5 terminais por UGE, todos com acesso aos ambientes de produção (com dados reais), e ambiente de formação (com dados fictícios) da versão Homoine.

1.1.2.3 Fase III e IV

- A entrega dos computadores para os 15 sectores (Fase III e Fase IV) registou atrasos, devido a falta de disponibilidade financeira e conseqüente atraso do início do processo de procurement.

- O processo de procurement do equipamento de comunicações da UTRAFE, para a fase IV, embora em curso tinha previsão de entrega tardia do que esperado.
- A TDM não possuía o equipamento de comunicações requerido para a fase IV, embora tenha sido comunicada dessa necessidade com a devida antecedência.

Os atrasos verificados na encomenda dos computadores e a incapacidade da TDM concluir em tempo útil a extensão das linhas de comunicações de dados das UGE dos sectores para as respectivas DPPFs, associado aos potenciais problemas de iniciar a execução orçamental num novo ambiente pouco tempo antes do encerramento do exercício financeiro, levaram o FMI a recomendar que os sectores da Fase III e IV iniciassem a execução orçamental nos primeiros dias uteis de Janeiro de 2007.

Nesta perspectiva, foi feito o levantamento das condições físicas dos locais, foram preparadas todas as condições infra-estruturais e técnicas dos sectores da Fase III, de modo a poderem iniciar a execução orçamental no dia 3 de Janeiro de 2007. Para o efeito foram criadas redes locais, instalação e configuração de 2 terminais de acesso ao e-SISTAFE para cada UGE, como forma de se racionalizar o stock de computadores, totalizando 152 terminais e 38 impressoras.

Os sectores alvos desta instalação foram:

- Procuradoria Geral da República
- Ministério da Mulher e Acção Social
- Ministério das Pescas
- Ministérios da Coordenação e Acção Ambiental
- Ministério da Industria e Comércio
- Casa Militar
- Conselho Superior da Magistratura Judicial
- Tribunal Administrativo
- Ministério da Defesa
- Ministério de Recursos Minerais e Energia
- Conselho Constitucional

Devido aos problemas acima apresentados, para os sectores da Fase IV foram criadas redes locais de dados e instalados terminais, não tendo contudo sido feita a ligação com o Centro de Dados por falta de equipamento por parte da UTRAFE e da TDM.

Nesta situação foi decidido que os sectores da Fase IV iniciassem a execução do seu orçamento utilizando os terminais já funcionais nos laboratórios das respectivas DPPFs.

Nos princípios do 1º Trimestre de 2007, após resolvidos os problemas de comunicação da UTRAFE e TDM, serão concluídas as instalações nesses sectores, abaixo listados:

- Ministério de Transportes e Comunicações
- Ministério da Justiça (Registo Notarial)
- Ministério do Turismo
- Tribunal Supremo (Tribunal Judicial)

1.1.3 Formação de utilizadores

No âmbito da implantação do e-SISTAFE nos 28 sectores em 2006, e com vista a desenvolver as capacidades na sua operação, foram levados a cabo programas de formação, cobrindo todas as fases previstas no plano de implantação, e detalhados nos próximos capítulos.

Primeiro, no 3º andar do edifício CPD, foram preparadas 4 salas para servirem de laboratórios de formação do e-SISTAFE, as quais foram dotadas de 100 terminais (computadores) com acesso ao ambiente de produção e de formação do e-SISTAFE.

Para o sucesso destas acções de formação intervieram 26 formadores, sendo 12 funcionários públicos do Ministério das Finanças e os restantes trabalhadores da UTRAFE.

A formação dos utilizadores de novos sectores é sempre antecedida de seminários com duração de sete dias, para os Directores Provinciais, onde são dados a conhecer o Modelo Conceptual, o funcionamento geral do e-SISTAFE, e os possíveis impactos da sua implementação, com o objectivo de os sensibilizar para as mudanças requeridas.

A operação do e-SISTAFE é feita na base de três tipos de Agentes:

- O Agente de Execução Orçamental (AEO),
- O Agente de Execução Financeira (AEF) e
- O Agente de Controlo Interno (ACI)).

Para assegurar a continuidade da operação do e-SISTAFE, a UTRAFE recomenda que cada UGE tenha duas pessoas para cada tipo de agente, o que significa ter para cada UGE pelo menos seis funcionários capacitados como utilizadores do e-SISTAFE.

1.1.3.1 Fase I

1.1.3.1.1 Programa de Formação - Reciclagem

O objectivo deste programa foi actualizar os conhecimentos dos utilizadores dos Ministérios que já operavam o e-SISTAFE antes da disponibilização da versão que habilita a execução do orçamento por via directa (Homoine).

Este curso foi direccionado especificamente para UGEs dos seguintes sectores:

- Ministério das Finanças,
- Ministério de Educação e Cultura e
- Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

Este programa capacitou 162 utilizadores do e-SISTAFE, distribuidos conforme ilustra a *tabela 2*.

Sectores	ACI	AEO	AEF	Total
Ministério de Educação e Cultura	15	40	30	85
Ministério das Finanças	14	32	27	73
Ministério de Planificação e Desenvolvimento	0	2	2	4
Total				162

Tabela 2 – Distribuição de formandos do curso de reciclagem

1.1.3.1.2 Programa de Formação - Super Utilizadores

O programa de formação de super utilizadores teve como objectivo criar dentro de cada UGE pelo menos um utilizador com conhecimentos mais avançados acerca do modelo conceptual e funcionamento operacional do e-SISTAFE.

Estes utilizadores servirão como primeiro ponto de apoio dentro das próprias UGEs. Este programa foi direccionado para as UGEs dos seguintes sectores: MF, MEC, MPD, MISAU, MINAG e MOPH.

O programa capacitou 50 super utilizadores do e-SISTAFE.

1.1.3.1.3 Programa de formação - Novos Utilizadores Normais

Este programa destinou-se a novos utilizadores, sem conhecimento do modelo conceptual e operação do e-SISTAFE. O curso foi especificamente direccionado aos utilizadores dos seguintes sectores: MISAU, MINAG e MOPH.

Este programa capacitou 221 utilizadores, conforme distribuição da *tabela 3*.

	ACI	AEO	AEF	Total
Ministério de Educação e Cultura	7	9	9	25
Ministério das Finanças	1	5	2	8
Ministério da Agricultura	18	34	34	82
Ministério de Saúde	17	41	25	73
Ministério das Obras Publicas e Habitação	12	29	28	69
Total				247

Tabela 3 – Distribuição dos formandos do curso de Novos Utilizadores Normais

1.1.3.2 Fase II

A formação dos utilizadores para os Ministérios da Fase II foi também realizada centralmente em Maputo, e destinou-se a utilizadores sem qualquer conhecimento de operação do e-SISTAFE, e capacitou cerca de 190 funcionários, até 30 de Agosto de 2006. A *tabela 4* ilustra a distribuição resultante desta acção.

Sector	ACI	AEO	AEF	Total
Ministério do Interior	2	5	6	13
Ministério de Ciencia e Tecnologia	2	2	2	6
Minsitério daAdministração Estatal	24	26	21	71
Assembleia da República	1	4	2	7
Presidência da República	3	15	12	30
Gab do Governador	19	20	20	59
Gab do 1º Ministro	1	1	2	4
Total				190

Tabela 4 – Distribuição dos formandos da Fase II

1.1.3.3 Fase III

A formação dos utilizadores para os Ministérios da Fase III foi também realizada centralmente em Maputo, e destinou-se a utilizadores sem qualquer conhecimento de

operação do e-SISTAFE e capacitou cerca de 459 funcionários, até 30 de Setembro de 2006. A *tabela 5* ilustra a distribuição resultante desta acção.

Sector	ACI	AEO	AEF	Total
Casa Militar	2	4	1	7
Conselho Superior da Magistratura Judicial	1	1	1	3
Tribunal Administrativo	1	1	1	3
Ministério das Pescas	13	16	14	43
Procuradoria G da República	8	19	19	46
MICOA	22	22	21	65
Ministério da Energia	18	21	20	59
Ministério da Ind e Comercio	20	30	25	75
Registos e Notariados	10	14	14	38
Ministério de Rec Minerais	3	5	5	13
Conselho Constitucional	1	2	1	4
Ministério da Defesa	6	8	11	25
Ministério da Mulher e Acção Social	16	26	26	68
Total				459

Tabela 5. Distribuição dos formandos da Fase III

1.1.3.4 Fase IV

A formação dos utilizadores para os Ministérios da Fase IV foi também realizada centralmente em Maputo, e destinou-se a utilizadores sem nenhum conhecimento de operação do e-SISTAFE e capacitou cerca de 191 funcionários, até Outubro de 2006. A *tabela 6* ilustra a distribuição resultante desta acção.

Sector	ACI	AEO	AEF	Total
Tribunal Supremo	18	27	25	70
Ministério dos Transportes	13	16	16	45
Ministério da Justiça	6	8	6	20
Ministério de Turismo	14	21	21	56
Total				191

Tabela 6. Distribuição dos formandos da Fase IV

1.1.4 Outras Actividades Complementares

1.1.4.1 Encerramento de Exercício

Para o sucesso do encerramento do exercício de 2006 foram realizadas várias actividades de identificação, análise e seguimento de regularização de Processos Administrativos (PA), entre outros mecanismos, em vários sectores.

Em princípios de Outubro de 2006 foram identificados cerca de 30,000 Processos Administrativos (PAs) do SISTAFE em situação irregular.

Foram ensaiados vários mecanismos para regularização desses PA, entre envio de brigadas, e realização de teleconferências e comités técnicos.

Após análises realizadas em vários comités foi decidido que deveriam ser enviadas brigadas para todas as províncias para assessorar os sectores no processo de regularização desses PA.

No encerramento final do exercício praticamente todos os PA haviam sido encerrados correctamente, ficando uma quantidade residual pouco significativa em termos de inconsistências na elaboração da CGE. Para os menos de 10 PA por regularizar, foram desencadeados procedimentos de responsabilização dos respectivos gestores.

As principais causas da existência de tantos PA por liquidar foram:

- Realização da despesa por adiantamento de fundos directamente à UGB;
- não cumprimento das normas relativas aos prazos de prestação de contas:
 - falta de prestação de contas por parte das UGBs; e
 - falta de acompanhamento regular do encerramento dos PA pelas DNCP/DPPFs.

A não liquidação da despesa por falta de apresentação da prestação de contas gera dados incorrectos da execução do OE, causando problemas de inconsistência na produção da CGE.

A implantação do e-SISTAFE, dado o seu grau de integração, facilita a identificação e visualização dos PA e caracterização dos processos não regularizados (quantos, quais, local e valor).

Para prevenir a repetição destas situações e reduzir o seu possível impacto, estão sendo tomadas as seguintes medidas:

- Tomar decisão administrativa visando intensificar o uso da via directa através do e-SISTAFE para execução da despesa;
- Formalizar o acompanhamento por parte da DNCP/DPPF dos processos de prestação de contas;
- Criar procedimento para impedir a concessão de novo adiantamento de fundos para UGBs com mais de dois processos pendentes.

Concomitantemente, a assessoria contabilística ou administrativa financeira local, deverá, em tempo real, promover e formalizar as melhores práticas, prevenindo antecipadamente os problemas que poderão afectar o processo de encerramento de exercício. É neste âmbito que estão sendo estabelecidos os Departamentos do Apoio ao e-SISTAFE a nível provincial e central.

1.1.4.2 Criação dos Departamentos de Apoio ao SISTAFE

Com o objectivo de melhorar o serviço de suporte à exploração do e-SISTAFE, o Ministério das Finanças, em Junho de 2006, determinou a criação dum Departamento de Apoio ao e-SISTAFE, a ser integrado na estrutura orgânica de todas as DPPF. Esta unidade vai dar apoio especializado directo e local à operação e exploração do e-SISTAFE, podendo mesmo elaborar pacotes específicos de formação para a UGE que servem.

Com o arranque em Agosto de 2006, foram contractados 6 consultores e alocados a 6 províncias. O critério de escolha das províncias foi o nível do poder de execução orçamental e as dificuldades enfrentadas. Alguns consultores estão alocados a mais de uma província, dependendo da procura.

O objectivo principal da contratação dos consultores é desenvolver competência local própria e capacitar o Departamento de Apoio ao e-SISTAFE com recursos humanos locais.

Para além das actividades acima listadas foram levadas a cabo várias outras tarefas com vista a assegurar o êxito da execução orçamental por via directa no e-SISTAFE, destacando-se entre elas:

- Regularização das despesas realizadas no período de Janeiro a Agosto de 2005, com vista à elaboração da Conta Geral do Estado (a Conta Geral do Estado de 2005 foi realizada, na base da informação extraída do e-SISTAFE e submetida à análise do Tribunal Administrativo);
- Definição, normalização e edição (Circular nº 01/GAB-MF/2006) dos procedimentos para registo no e-SISTAFE dos financiamentos externos (incorporação de balancetes);
- Edição de Diploma Ministerial (nº 68/2006, de 15 de Março) para regulamentação dos procedimentos contabilísticos complementares decorrentes da conversão do Metical então em circulação (MT) para o Metical da nova família (MTn), conforme estabelecido no art. 7, do Decreto nº 55/2005, de 27 de Dezembro;
- Preparação de circular de instruções contendo esclarecimentos e orientações julgados úteis à execução do Orçamento do Estado por via directa pelas UGE's.

1.1.5 Impacto da Implantação do e-SISTAFE

Com a implantação do e-SISTAFE nos vários sectores e a consequente descentralização da execução orçamental, importantes mudanças já se fazem sentir na administração financeira do Estado.

O alargamento a mais sectores da descentralização da execução orçamental, e a implementação de medidas administrativas para massificação do uso de execução

orçamental por via directa, em 2007, tornarão os resultados da reforma do SISTAFE cada vez mais visíveis.

Algumas das mudanças com impacto são listadas abaixo:

- crescimento nos níveis de execução do Orçamento do Estado comparando a execução orçamental de 2006 em relação a de 2005, conforme a tabela 7:

Tipo de Despesa	2005	2006
Despesas Correntes	92.3%	96.0%
Investimento Componente Interna	92.3%	99.8%
Investimento Componente Externa	82.1%	79.4%*

* Esta não é a posição final pois falta incorporação de balancets de alguns sectores.
Fonte: CGE 2005 e e-SISTAFE 2006.

Tabela 7 – Comparação da Exec Orçamental 2005 e 2006

Ao analisar os níveis de despesa de 2005 e 2006 deve-se notar que a execução por via directa foi implementada a metade do ano, e a descentralização dos sectores foi gradual, não todos de uma só vez.

- regularização, no ano de 2006, todas as operações de tesouraria, até o dia 31 de Dezembro, o que não ocorria nos anos anteriores;
- as redistribuições orçamentais necessárias foram todas executadas de forma atempada e on-line no e-SISTAFE, permitindo assim a execução das despesas de acordo com as necessidades dos sectores;
- a descentralização da execução para os sectores assim como a implementação da CUT influenciaram de forma positiva na liquidez financeira do Estado, permitindo uma melhor racionalização na utilização dos recursos financeiros do Estado. Isto pode ser evidenciado pelo menor endividamento do Estado, de curto prazo (emissão de Bilhetes de Tesouro), bem como pelas disponibilidades de caixa na CUT no final do exercício. e
- a programação financeira permitiu maior agilidade na disponibilização de fundos aos sectores, cumprindo o prazo máximo de 48 horas para disponibilização, após a solicitação de recursos pelo sector.

1.2 Orçamentação por Programa (Output 5)

O e-SISTAFE permite classificar as rúblicas orçamentais por Programa, e contabilizar de forma integrada todos os actos e factos relativos a cada Programa definido.

A exploração desta funcionalidade exige que o Orçamento de Estado seja elaborado na base de programas e que estejam disponíveis ferramentas para facilitar essa Orçamentação por Programa.

Em 2006 iniciaram discussões ao nível do Governo com vista a definir uma estrutura ideal para Orçamentação por Programa e atendendo à realidade de Moçambique. A meta é ter um piloto de Orçamento por Programa em 2008.

1.3 CPD – Centro de Dados (Output 8)

Durante o ano de 2006, para além da realização dos trabalhos de implementação de infra-estruturas nos sectores, também se destacaram as seguintes actividades no âmbito do Centro de Dados:

1.3.1 Finalização e Migração para o Novo Centro de Dados

Para assegurar a continuidade da disponibilidade do e-SISTAFE, o Plano de Recuperação Após Desastres da UTRAFE contempla a existência de dois locais onde estarão alojados equipamentos funcionalmente iguais e funcionando em quasi total sincronismo em termos de processamento e de armazenamento e registo de dados, permitindo que em caso de falha do sistema activo, o outro assuma em tempo útil o mesmo papel perante os utilizadores finais.

Neste contexto, a preparação do novo Centro de Dados, que entretanto se tornou principal, foi concluído e posto em produção em finais de Junho.

Um dos objectivos implícitos nesta actividade era garantir com que o novo Centro de Dados entrasse em serviço com a entrada em produção da versão Homoine e da nova família de Metical a 1 de Julho de 2006.

A criação deste centro de dados é o resultado do concurso N° 8, inicialmente desenhado em 2003 e que incluiu os seguintes grupos de actividades:

- Obras de Construção civil
- Ligação entre o sistema principal e o sistema redundante
- Preparação, instalação e configuração de servidores
- Estabelecimento das comunicações entre as várias camadas dos servidores
- Instalação dos vários sistemas operativos
- Testes exaustivos de toda a instalação
- Direcção das estações de trabalho para o novo Centro de Dados

Para formalização do início de operação deste centro de dados, contou-se com inauguração oficial do Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique em Agosto de 2006, acompanhado, por S.Excias Ministros das Finanças, Ciência e Tecnologia e contou-se com a presença de Exmos Senhores Embaixadores dos Países Doadores do SISTAFE. Sua Excelência o Presidente da República louvou o progresso na reforma do SISTAFE e o uso das tecnologias de informação e comunicação como veículo para aumentar a eficiência, productividade e integridade de serviços, e especificamente, na reforma do SISTAFE como mecanismo para garantir uma melhor administração dos fundos do Estado. O presidente ainda deixou claro que o districto é o foco do desenvolvimento.

1.3.2 Operação e Manutenção da Infra-estrutura

Para demonstrar algumas actividades levadas a cabo na operacionalização e manutenção da infra-estrutura do e-SISTAFE, são apresentados vários diagramas gráficos elucidativos de: Exploração do e-SISTAFE, Gestão de Incidentes e Manutenção de Infra-estrutura.

1.3.2.1 Exploração do e-SISTAFE

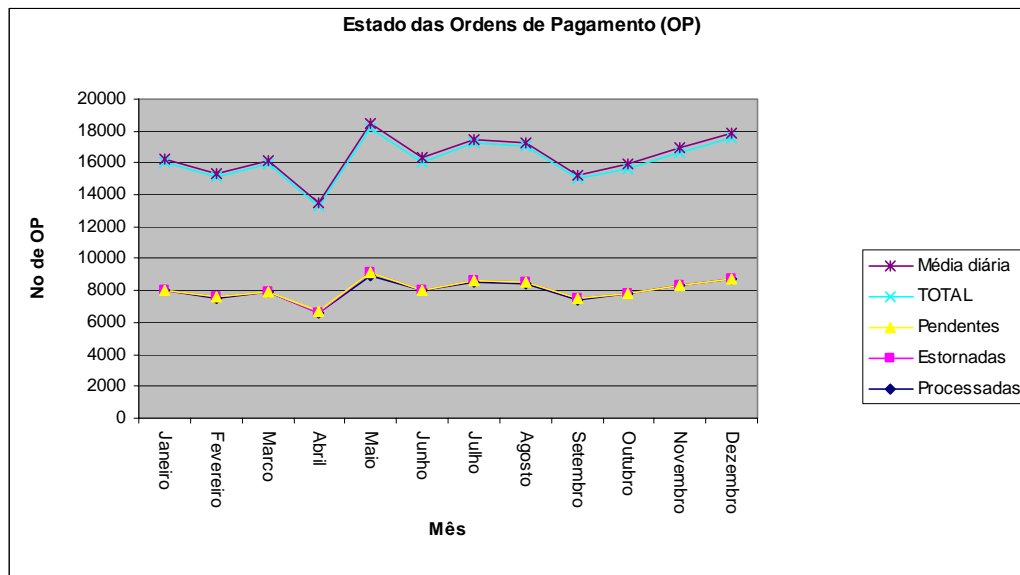


Figura 1. Estado das Ordens de Pagamento – Jan-Dez 2006

Tal como indica o gráfico da *Figura 1*, o número de Ordens de Pagamento (OP) satisfatoriamente processados no e-SISTAFE desde Janeiro a Dezembro 2006, foi em média de 8026, tendo-se registado no segundo semestre um acréscimo da ordem dos 2.3% em relação à média mensal do primeiro semestre de 7844 OP mensais, e que se presume ser devido à inclusão de mais 7 sectores em Setembro de 2006. Por outro lado é de 268, a média diária de ordens de pagamento a nível nacional de Janeiro a Dezembro.

Outra perspectiva, ilustrada no gráfico da *Figura 2*, mostra a evolução do número de utilizadores cadastrados, e do número de utilizadores activos na exploração do e-SISTAFE.

O número de utilizadores activos no e-SISTAFE cresceu em 95%, de Janeiro a Novembro de 2006, enquanto que o número de utilizadores cadastrados, no mesmo período, cresceu somente de 83%, totalizando 1778 utilizadores registados no e-SISTAFE dos sectores incluindo UGE's Especiais.

De Novembro a Dezembro o número de utilizadores activos registou uma queda devido ao período do encerramento do exercício onde muitos utilizadores não executavam transações, simplesmente liquidavam os processos abertos.

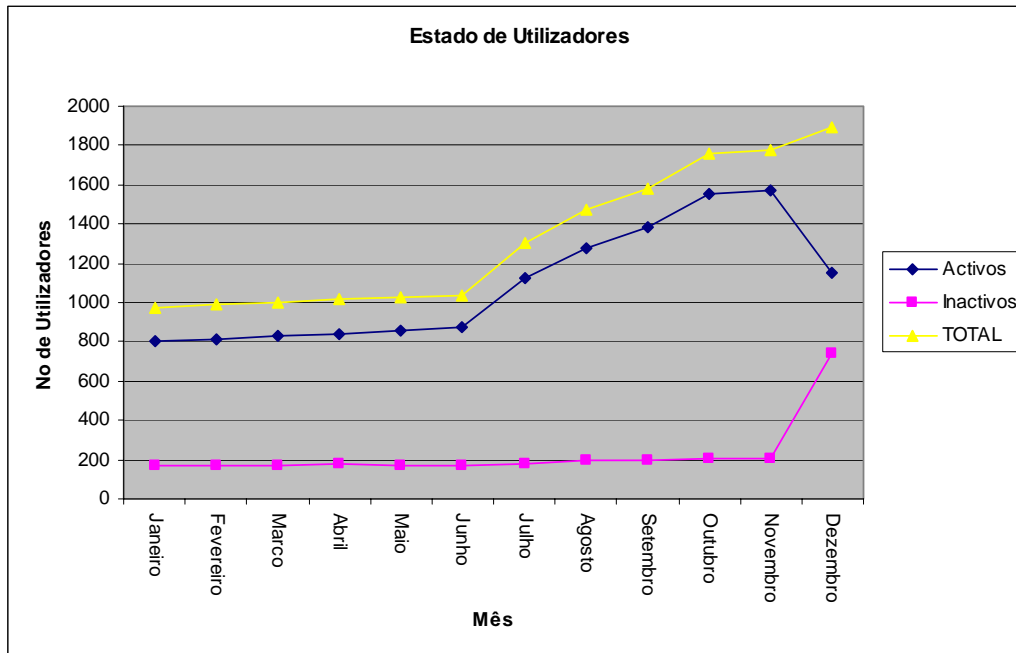


Figura 2. Evolução do Número Utilizadores do e-SISTAFE - Jan-Dez 2006

O aumento do número de UGEs no e-SISTAFE, resultou no aumento do número de contas bancárias.

O número de contas bancárias activas do Estado cresceu 14% de Janeiro a Dezembro de 2006 passando para 5686 contas, e o número de contas externas (fornecedores do Estado) activas cresceu 90% passando para 1224 no mesmo período.

1.3.2.2 Gestão de Incidentes

Com o progresso da implantação do e-SISTAFE, a maior parte das actividades do CPD são de manutenção da infra-estrutura e de suporte aos utilizadores do e-SISTAFE. A UTRAFE estabeleceu uma unidade, o Service Desk, constituída como ponto único de contacto para os utilizadores comunicarem os incidentes e com o papel de coordenar o registo e solução dos vários incidentes e de comunicação aos utilizadores do estado de resolução dos incidentes.

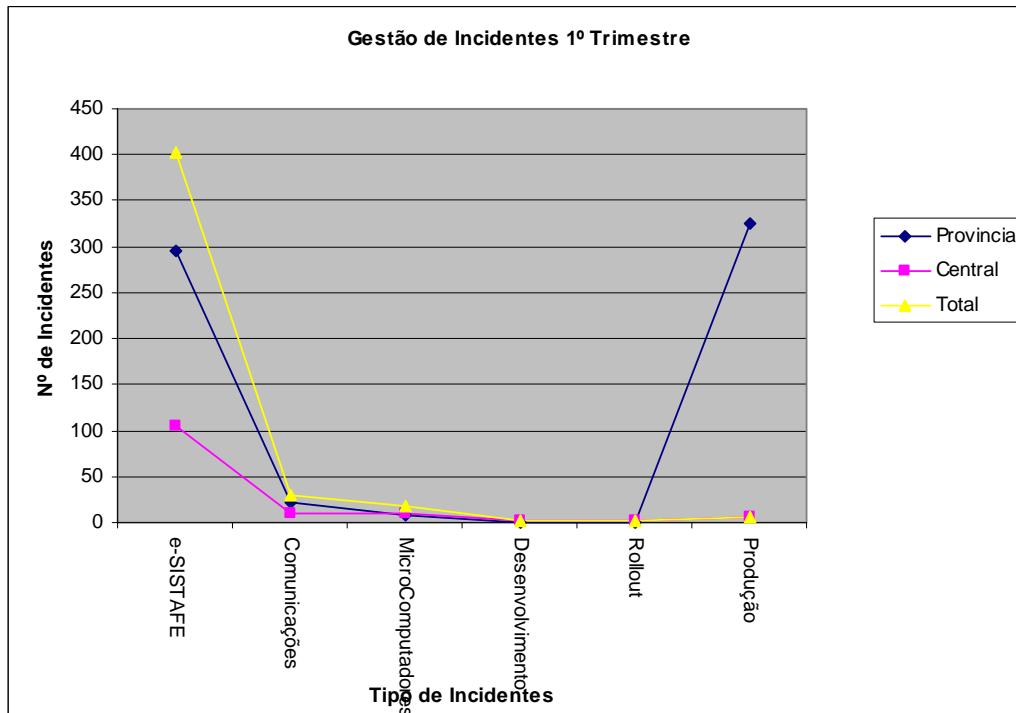


Figura 3. Gestão de Incidentes - 1º Trimestre 2006

No 1º trimestre ao nível central, e provincial predominaram os incidentes ligados à utilização do e-SISTAFE, como ilustra a Figura 3. A nível central registaram-se 106 destes incidentes. A nível provincial, registaram-se 296 incidentes de utilização do e-SISTAFE.

Neste mesmo período foram registados, a nível central, cerca de 10 incidentes do tipo microcomputadores (microcomputadores, impressoras, UPS e redes locais).

Para o 2º trimestre, como ilustra a figura 4, a maior parte dos incidentes reportados ao Service Desk, tanto ao nível central como ao nível provincial, relacionaram-se com a utilização do e-SISTAFE. A nível central registaram-se 233 incidentes deste tipo. A nível provincial registaram-se 417 incidentes.

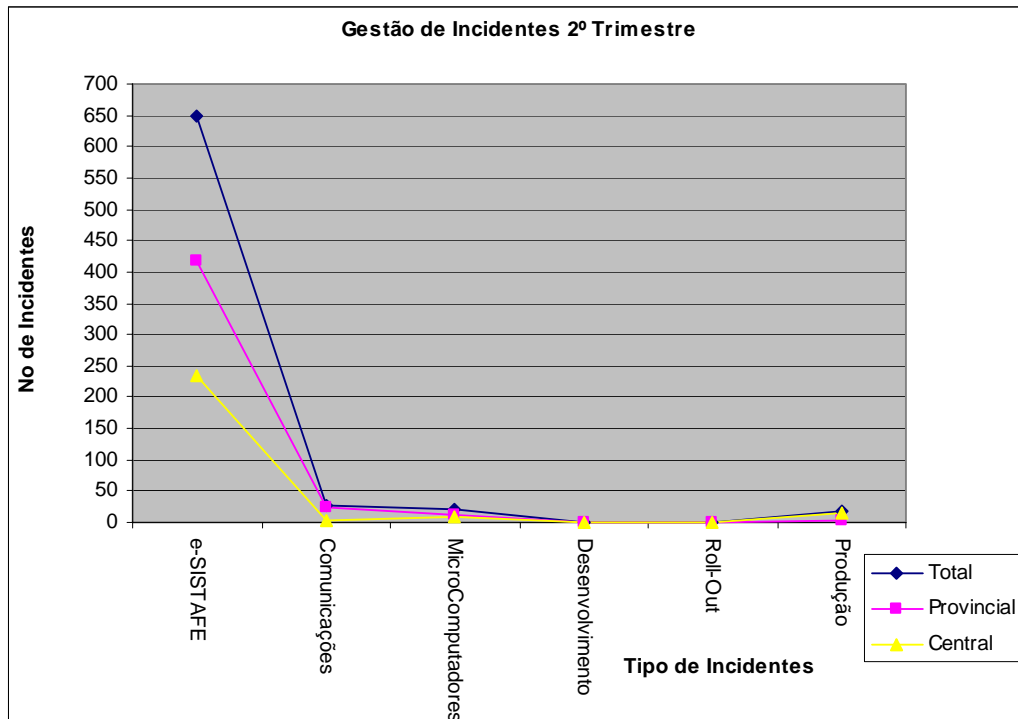


Figura 4. Gestão de Incidentes – 2º Trimestre 2006

No 2º semestre de 2006 como mostra a *Figura 5*, continuaram a predominar os incidentes relacionados com a utilização do e-SISTAFE, tendo sido registados 1100 destes incidentes a nível nacional, e 750 a nível provincial.

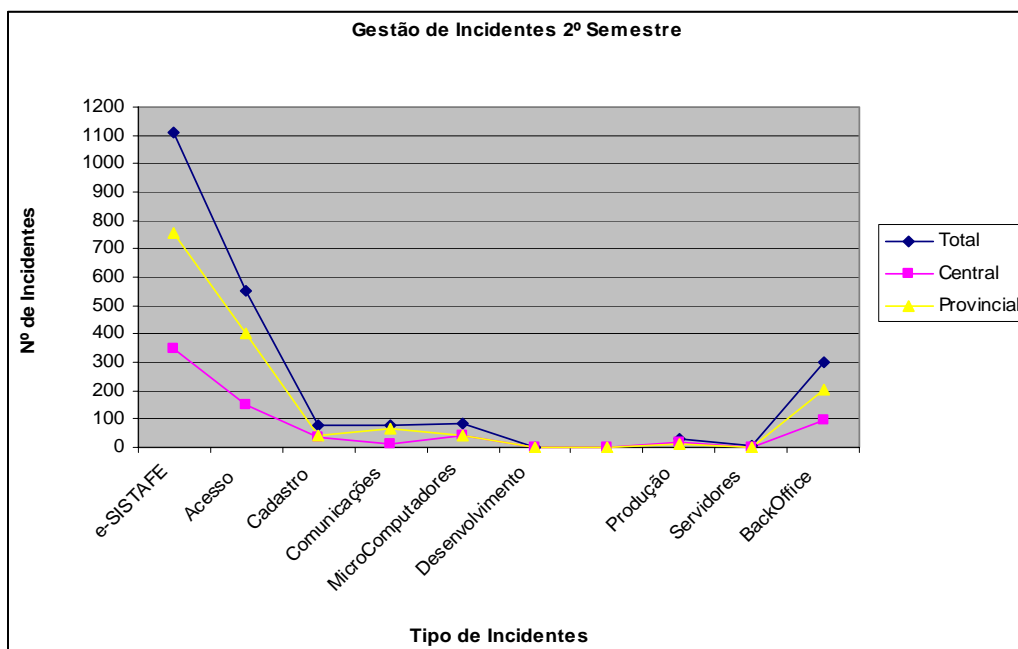


Figura 5. Gestão de Incidentes - 2º Semestre 2006

Para responder com maior eficiência na solução dos incidentes, a UTRAFE decidiu:

- Estabelecer nas Direcções Provinciais do Plano e Finanças departamentos de apoio ao e-SISTAFE. Em princípios de Agosto de 2006 o primeiro grupo de consultores da UTRAFE especializados no e-SISTAFE deslocaram-se às províncias para, num período de 6 meses, assessorarem o estabelecimento desses departamentos,
- Subcontractar, para as regiões do centro e norte do País, serviços de manutenção de computadores e seus periféricos. O objectivo dessa contractação é reduzir o tempo médio de resolução dos incidentes relacionados com microcomputadores.

1.4 Módulo de Elaboração Orçamental (Output 9)

No concernente ao Output 9 (Módulo de Elaboração Orçamental - MEO), o plano de actividades para o 1º semestre de 2006, previa a disponibilização do MEO em produção.

A disponibilização do MEO, foi definida em duas fases:

A 1ª fase seria desenvolvida e implementada em produção em 2006 para preparar o OE 2007.

A 2ª fase seria implementada em 2007 para preparar o OE 2008.

1.4.1 Disponibilização da Fase I do MEO

O objectivo da versão MEO Fase I é permitir a leitura de ficheiros (provenientes de unidades a nível nacional) e gerar um ficheiro contendo o OE 2007 e num formato reconhecido pelo e-SISTAFE. A versão MEO/Fase I é pois *stand alone* e não totalmente integrada no e-SISTAFE.

O MEO/Fase I reconhece e aceita todos os classificadores do e-SISTAFE e foi desenvolvido na plataforma tecnológica J2EE e Base de dados Oracle, assegurando a compatibilidade com o e-SISTAFE

Esta primeira versão do MEO regista os Limites definidos pelo MPD/DNP e pelo MF/DNO para os vários órgãos e capta as propostas de Despesa de cada UGB e de Receita dos órgãos de recolha, a fim de produzir a Proposta do Orçamento do Estado para o Exercício Económico de 2007.

O MEO/Fase I foi desenvolvido e disponibilizado em ambiente de produção em finais de Junho de 2006.

1.4.1.1 Formação no Âmbito da Fase I do MEO

Foi realizado em finais de Junho o curso do uso do MEO destinado aos funcionários da Direcção Nacional do Orçamento e do MPD. O objectivo do curso era dotar os participantes de competências e habilidades que lhes permitam elaborar e produzir a proposta do Orçamento do Estado para o Exercício de 2007 através do MEO.

1.4.2 Fase II do MEO

Esta versão vai ser integrada no e-SISTAFE e operadores responsáveis pela elaboração orçamental (OE 2008) nos vários sectores vão poder lançar as propostas

orçamentais no sistema. O módulo estará disponível em qualquer terminal do e-SISTAFE.

A especificação da segunda fase do MEO foi feita durante o 2º semestre e encontra-se no processo de desenvolvimento. Prevê-se a disponibilização do MEO/Fase II em 15 de Maio de 2007, suficientemente a tempo da elaboração do OE 2008.

Esta versão do MEO também estará preparada para captar o piloto do Orçamento por Programa.

1.5 Gestão e Organização da UTRAFE (Output 10)

A UTRAFE é responsável por coordenar todas as actividades da reforma do SISTAFE e por gerir a área de tecnologia de informação e comunicação. Das várias actividades realizadas, neste domínio, serão detalhadas as que tiveram maior relevância durante o 1º semestre de 2006:

1.5.1 Planeamento da Reforma

1.5.1.1 Revisão do Plano de Acção e Orçamento 2006 – 2009

Durante o semestre foram feitos vários exercícios de discussão, revisão e actualização do Plano de Acção e Orçamento 2006 – 2009 (APB), e seus anexos. Este trabalho foi iniciado em Junho de 2005 e finalizou em Maio de 2006.

Essencialmente o documento faz um resumo do que foi realizado até à data, das dificuldades e desafios encontrados nos primeiros três anos e apresenta a proposta do plano de implementação para 2006 — 2009, da organização e da gestão do programa de reforma e das necessidades de financiamento. O plano foi revisto e submetido aos parceiros tendo em conta as várias recomendações. O APB 2006 – 2009 entra em vigor no início do segundo semestre de 2006, juntamente com um novo Memorando de Entendimento. Compõem e fazem parte desse plano os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Quadro Lógico
- b) Anexo B – Relatório de Progresso 2002 – 2006
- c) Anexo C – Descrição Técnica do SISTAFE
- d) Anexo D – Análise Institucional
- e) Anexo E – Análise da Execução Orçamental e Orçamento da UTRAFE
- f) Anexo F – Organização e Gestão da UTRAFE
- g) Anexo G – Análise de Risco
- h) Anexo H – Estratégias da UTRAFE (Gestão de Mudança, Comunicação e Formação)

1.5.1.2 Aprovação do Plano e Orçamento de Transição (Bridging Plan)

O plano de Acção da UTRAFE em 2005 contemplava três fases:

- Fase I — Estabilização da Execução Financeira no e-SISTAFE,
- Fase II — Implantação da Execução Orçamental por via indirecta e
- Fase III — Implantação da Execução Orçamental por via Directa.

A fase III foi só parcialmente cumprida, pois, a funcionalidade do e-SISTAFE que permite a execução orçamental por via directa não estava pronta.

Para dar início ao APB 2006 – 2009, era indispensável que esta funcionalidade estivesse pronta. Como consequência, a UTRAFE em concordância com os parceiros internacionais teve que elaborar um Plano Transitório (bridging plan), durante o qual

seriam desenvolvidas várias actividades com vista à disponibilização da funcionalidade de execução orçamental por via directa (versão Homoine). Este plano foi elaborado pela UTRAFE e aprovado pelos parceiros e tinha a duração de 6 meses – Janeiro a Junho de 2006.

Como consequência do cumprimento das metas traçadas no plano transitório assinou-se o novo Memorandum de Entendimento entre os Parceiros Internacionais e o Governo de Moçambique, representado pelo Ministro das Finanças. O novo Memorandum projecta a reforma para até 2009.

1.5.1.3 Aprovação do Plano de Acção e Orçamento de 2007

De acordo com o memorando de entendimento entre o Ministério das Finanças e os Parceiros Internacionais do SISTAFE, a UTRAFE deve nos finais de cada ano emitir o Plano e Orçamento para as actividades do ano seguinte.

Em Novembro de 2006 a UTRAFE elaborou e submeteu o Plano e Orçamento para 2007 o qual detalhava as actividades apresentadas no APB.

Os limites orçamentais do Plano e Orçamento de 2007 eram aqueles estabelecidos no APB 2006- 2009, já aprovado.

O plano e orçamento de 2007 foi aprovado com algumas considerações.

1.5.1.4 Elaboração do Plano de Rollout do e-SISTAFE nos Districtos

Conforme traçado na carta de intenções com o FMI do ano anterior, a UTRAFE elaborou o plano de implementação do e-SISTAFE para os districtos.

O plano identificou um total de 128 districtos, dos quais 27 satisfazem as 3 condições para serem alvo de implementação do e-SISTAFE, nomeadamente, existência de uma instituição bancária, existência de corrente eléctrica limpa e existência tecnologia de comunicação de dados.

O plano prevê o incio do rollout em Abril de 2007 e o fim do processo de rollout em Novembro de 2007.

1.5.1.5 Business Case Cadastro de Agentes e Funcionários do Estado

Conforme traçado no APB e no âmbito da reforma do SISTAFE a UTRAFE elaborou em coordenação com a Direcção Nacional da Contabilidade Pública, Tribunal Administrativo e Autoridade Nacional da Função Pública o *business case* para o Cadastro de Agentes e Funcionários do Estado (CAF) o qual foi aprovado pelos Parceiros Internacionais do SISTAFE, em Dezembro de 2006. O *business case* apresentava várias opções para o prosseguimento do CAF, tendo sido escolhida a opção de desenvolvimento dum novo sistema, na arquitectura do e-SISTAFE, e iniciar o recenseamento de raiz.

1.5.2 Gestão da Reforma

1.5.2.1 Auditoria Financeira do Exercício 2005

De acordo com o Memorando de Entendimento, as aplicações de fundos do Fundo Comum do SISTAFE, devem ser anualmente auditadas por auditores externos e independentes. Após a aprovação dos ToR pelos parceiros internacionais foi adjudicada a KPMG para realizar essa auditoria onde se concluiu que: “a UTRAFE apresenta de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, os recebimentos e pagamentos do projecto do ano findo em 31 de Dezembro de 2005, e em

conformidade com as políticas contabilísticas adoptadas pelo projecto.” Porém algumas recomendações foram postas à Direcção da UTRAFE no concernente à:

- Atraso no pagamento do IRPS; e
- Falta de evidência de aprovação do Orçamento 2005.

A UTRAFE desenvolveu acções correctivas para o cumprimento destas recomendações.

1.5.2.2 Auditoria de Segurança e da Integridade dos Dados

Durante o 1º semestre foi feita a avaliação e adjudicação das propostas do concurso de auditoria de segurança e integridade dos dados à empresa Ernest & Young para a realização deste trabalho. O objectivo desse trabalho foi avaliar a segurança física e lógica, e a integridade dos dados introduzidos, processados e produzidos pelo e-SISTAFE, com vista a minimizar o impacto dos riscos de segurança da aplicação.

Para dar continuidade às recomendações da Auditoria de Segurança e para definição de políticas de segurança na UTRAFE, desenho e implementação do Plano de Continuidade de Negócios e do Plano de Recuperação de Desastres, foi contratado durante o 1º semestre, um consultor nacional para desempenhar o papel de Administrador de Segurança da UTRAFE.

O trabalho de campo da auditoria iniciou em Outubro e concluiu em finais de Dezembro de 2006.

Foram produzidos e entregues dois documentos: um Sumário Executivo do Relatório da Auditoria, e um Relatório Detalhado das Constatações e Recomendações.

As principais constatações dessa missão foram:

os riscos de segurança do pacote tecnológico e-SISTAFE são de nível baixo a médio; a UTRAFE desenhou e implementou uma infra-estrutura tecnológica de ponta e de classe mundial, podendo ser considerada de 1ª classe no contexto africano; e que aplicação do e-SISTAFE não é acessível através da Internet.

Contudo subsistem alguns riscos a serem mitigados e que constam na matriz das Acções Correctivas das Constatações da Auditoria de TI;

1.5.2.3 Baseline Study

Foi concluído o estudo de baseline que tinha como objectivo avaliar os seguintes pontos:

- a) Estabelecer uma linha de base delineando os progressos do SISTAFE alcançados até hoje, alinhados com o programa do Governo de Moçambique no que concerne à Gestão de Finanças Públicas;
- b) Avaliar a relação custo benefício alcançada, e determinar se os custos atingidos são razoáveis;
- c) Listar as lições da primeira fase do SISTAFE que possam ser aplicadas no futuro para assegurar um *maior retorno económico*.

O trabalho de campo da consultoria iniciou em Junho de 2006.

O 1º draft do Relatório da consultoria foi entregue em Agosto de 2006, em seguida a UTRAFE e os Parceiros Internacionais enviaram os seus comentários em Outubro de 2006.

O relatório do Baseline Study está disponível para distribuição mediante solicitação e consequente autorização da UTRAFE.

1.5.2.4 Missões do FMI

1.5.2.4.1 Missão de Março de 2006

Em Março de 2006 foi realizada uma Missão do FMI, durante a qual várias discussões foram mantidas com vários sectores do Governo.

A missão produziu um Aid Memoire com as suas conclusões.

No âmbito das discussões mantidas ficou acordado com o FMI que o plano de implementação do e-SISTAFE seria o seguinte:

- 6 Ministérios deverão executar o orçamento do estado por via directa, através do e-SISTAFE até Julho de 2006, nomeadamente: Ministério das Finanças, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério de Saúde e Ministério de Obras Públicas e Habitação;
- Mais 22 órgãos deverão executar o Orçamento do Estado por via directa, através do e-SISTAFE até Dezembro de 2006;
- Elaborar um plano de implementação do e-SISTAFE nos distritos até Setembro de 2006; e
- Incorporação gradual dos off-budgets no e-SISTAFE e implementação do IFRS no BM e no sistema bancário até Janeiro de 2007.

1.5.2.4.2 Missão de Novembro de 2006

Em finais de 2006 foi realizada uma Missão do FMI. O resultado dessa Missão vem expresso na Carta de Intenções do Governo produzida nesse período.

No referente à implementação do SISTAFE para 2006 ficou acordado, dentre outros, que:

“Mais 22 órgãos deverão executar o Orçamento do Estado por via directa através do e-SISTAFE até Janeiro de 2007”.

2 Actividades Planeadas para Este Período e não Realizadas

a) Business Case para a Rede de Cobrança

Os objectivos traçados no plano revisto de actividades para 2006 referentes a elaboração do “*Business Case*” da Rede de Cobrança não foram alcançados.

Foram realizados os primeiros encontros de sincronização de ideias contudo estas discussões não foram conclusivas. Esta actividade será continuada em 2007.

b) Business Case para a Gestão de Património do Estado

O desenho deste *business case* só será concluído até finais do 1º Trimestre de 2007.

3 Actividades planeadas para o próximo período

As actividades previstas para 2007, estão desenhadas para assegurar que os seguintes objectivos serão alcançados:

- a) Massificação da execução orçamental por via directa através de tomada de decisão administrativa para redução do uso de adiantamento de fundos;
- b) Implementação do e-SISTAFE (funcionalidade da execução orçamental por via directa) nos restantes 4 Ministérios e 27 districtos;
- c) Intensificação de uso de execução orçamental por via directa por todos os sectores incorporados no e-SISTAFE;
- d) Implementação do módulo de pagamento de salários e pensões;
- e) Desenvolvimento do “Business Case” da Rede de cobrança;
- f) Desenvolvimento do “Business Case” da Gestão do Património do Estado;
- g) Desenvolvimento do Módulo de Elaboração Orçamental Fase II e implementação do piloto de Orçamentação por Programa para o OE 2008;

4 Monitoreio Financeiro

4.1 Relatório de Execução Orçamental

4.1.1 Relatório por Outputs e Descrição

Categoria (Output e descrição)	Execucao (USD)	Orçamento APB (USD)	Orçamento Revisto e Aprovado (12/2006)	Fração do orçamento alocada Inicialmente	Fracão do orçamento Revisto executado	Variacão do Orçamento Revista (USD)	Variacão/ Orçamento Revisto (%)
Execução Orçamental e-SISTAFE (Output 1)	7,360,974.47	5,550,068.00	7,606,560.00	42.20%	46.27%	245,585.53	3.23%
(1) Total	873.25	33,000.00	33,000.00	0.25%	0.01%	32,126.75	97.35%
(3) Nacional	1,724.94	381,600.00	381,600.00	2.90%	0.01%	379,875.06	99.55%
(4) Internacional	5,030,034.93	3,174,000.00	5,034,000.00	24.14%	31.62%	3,965.07	0.08%
(5) Treinamento	894,364.16	383,600.00	853,600.00	2.92%	5.62%	(40,764.16)	-4.78%
(6) Equipamento	414,278.09	795,600.00	415,600.00	6.05%	2.60%	1,321.91	0.32%
(7) Equipamento de suporte	426,655.84	541,000.00	431,000.00	4.11%	2.68%	4,344.16	1.01%
(8) Obras	141,811.84	-	-		0.89%	(141,811.84)	N/A
(9) Viagem	451,231.42	240,768.00	457,260.00	1.83%	2.84%	6,028.58	1.32%
Salários e Pensões no e-SISTAFE (Output 2)	-	906,400.00	906,400.00	6.89%	0.00%	906,400.00	100.00%
Património do Estado (Output 3)	-	33,000.00	-	0.25%	0.00%	-	N/A
Rede de Cobrança (Output 4)	-	581,600.00	581,600.00	4.42%	0.00%	581,600.00	100.00%
Orçamentação por Programa (Output 5)	630,205.79	699,712.00	962,021.00	5.32%	3.96%	331,815.21	34.49%
(4) Internacional	630,205.79	699,712.00	962,021.00	5.32%	3.96%	331,815.21	34.49%
Gestão da Dívida no e-SISTAFE (Output 6)	-	33,000.00	-	0.25%	0.00%	-	N/A

Ministério das Finanças
UTRAFE – Unidade Técnica da Reforma da Administração Financeira do Estado

Auditoria no e-SISTAFE (Output 7)	-	183,000.00	-	1.39%	0.00%	-	N/A
Centro de Processamento de Dados (Output 8)	2,881,119.99	3,107,600.00	4,001,610.00	23.63%	18.11%	1,120,490.01	28.00%
(1) Capacitação	4,644.10	4,000.00	4,000.00	0.03%	0.03%	(644.10)	-16.10%
(3) Nacional	1,497,224.92	1,642,800.00	1,642,800.00	12.49%	9.41%	145,575.08	8.86%
(4) Internacional	201,605.48	546,000.00	546,000.00	4.15%	1.27%	344,394.52	63.08%
(5) Treinamento	11,030.22	74,800.00	74,800.00	0.57%	0.07%	63,769.78	85.25%
(6) Equipamento	658,007.15	-	689,010.00	0.00%	4.14%	31,002.85	4.50%
(7) Equipamento de suporte	326,113.53	840,000.00	840,000.00	6.39%	2.05%	513,886.47	61.18%
(8) Obras	180,218.78	-	200,000.00	0.00%	1.13%	19,781.22	9.89%
(9) Viagem	2,275.81	-	5,000.00	0.00%	0.01%	2,724.19	54.48%
Elaboração Orçamental no e-SISTAFE (Output 9)	77,054.06	542,500.00	224,335.00	4.13%	0.48%	147,280.94	65.65%
(1) Capacitação	-	400.00	-	0.00%	0.00%	-	N/A
(3) Nacional	-	105,600.00	-	0.80%	0.00%	-	N/A
(4) Internacional	67,793.68	432,000.00	200,000.00	3.28%	0.43%	132,206.32	66.10%
(5) Treinamento	-	4,500.00	-	0.03%	0.00%	-	N/A
(7) Equipamento de suporte	923.54	-	4,335.00	0.00%	0.01%	3,411.46	78.70%
(9) Viagem	8,336.84	-	20,000.00	0.00%	0.05%	11,663.16	58.32%
UTRAFE (Output 10)	1,363,126.78	1,514,000.00	1,625,401.00	11.51%	8.57%	262,274.22	16.14%
(1) Capacitação	16,167.59	-	20,000.00	0.00%	0.10%	3,832.41	19.16%
(3) Nacional	747,669.13	135,000.00	755,000.00	1.03%	4.70%	7,330.87	0.97%
(4) Internacional	208,488.93	-	250,000.00	0.00%	1.31%	41,511.07	16.60%
(5) Treinamento	118.52	-	5,401.00	0.00%	0.00%	5,282.48	97.81%
(6) equipamento	3,501.03	324,000.00	160,000.00	2.46%	0.02%	156,498.97	97.81%
(7) Equipamento de suporte	387,181.58	1,055,000.00	435,000.00	8.02%	2.43%	47,818.42	10.99%
Total	12,312,481.09	13,150,880.00	15,907,927.00	100%	77%	3,595,445.91	23%

4.1.2 Relatório de Execução Orçamental por Descrição

Descrição (Categoria)	Execução (USD)	Orçamento APB (USD)	Orçamento Revisto e Aprovado (12/2006)	Fração do orçamento alocada Inicialmente	Fração do orçamento Revisto executado	Varição do Orçamento Revista (USD)	Varição/Orçamento Revisto (%)
(1) Capacitação	21,684.93	39,000.00	57,000.00	0.30%	0.14%	35,315.07	90.55%
(2) Pessoal total				0.00%	0.00%	-	
(3) Nacional	2,246,618.98	2,515,400.00	2,974,300.00	19.13%	14.12%	727,681.02	28.93%
(4) Internacional	6,138,128.81	5,580,112.00	7,529,021.00	42.43%	38.59%	1,390,892.19	24.93%
(5) Treinamento	905,512.90	462,900.00	933,801.00	3.52%	5.69%	28,288.10	6.11%
(6) Equipamento	1,075,786.28	1,869,600.00	2,014,610.00	14.22%	6.76%	938,823.72	50.22%
(7) Equipamento de suporte	1,140,874.49	2,442,600.00	1,716,935.00	18.57%	7.17%	576,060.51	23.58%
(8) Obras	322,030.62	-	200,000.00	0.00%	2.02%	(122,030.62)	-
(9) Viagem	461,844.07	241,268.00	482,260.00	1.83%	2.90%	20,415.93	8.46%
Total	12,312,481.08	13,150,880.00	15,907,927.00	100%	77.40%	3,595,445.92	27.34%

4.2 Revisão do Orçamento

Conforme já se havia previsto no relatório anual de 2005, no ponto 4.2 desse relatório, as despesas programadas e inadiáveis do exercício de 2005 poderiam alterar o orçamento no período seguinte. A Tabela (a) mostra as despesas realizadas em 2005 e não pagas. Estas despesas não foram incluídas no orçamento de 2006.

No.	Despesa	Valor(USD)
1	CILIX	232,515.00
2	Bytes and Pieces	60,942.00
3	Travels	52,520.00
4	Subsídios	18,250.00
5	Obras	104,330.00
6	Diversos	108,000.00
7	UEM	115,000.00
8	FOPOs	428,592.00
9	FOPOs anticipated	95,000.00
10	FRANNAN	141,833.00
11	Mobiliário	72,000.00
12	Convex	210,000.00
13	Oracle	67,944.00
14	Bytes Tech Group	88,100.00

Tabela (a) – Despesas de 2005 a serem pagas em 2006

A UTRAFE em Novembro e Dezembro de 2006 preparou uma Revisão do Plano e Orçamento de 2006, propondo que seja utilizado o orçamento revisto como base de execução para 2006. Este documento indicava em pormenores as razões das alterações orçamentais e o mesmo documento foi aprovado pelos parceiros internacionais do SISTAFE.

4.3 Assuntos que Possam Alterar o Orçamento no Próximo Período

A falta de desembolso atempado dos parceiros internacionais poderá comprometer em certa medida algumas metas programadas.

A tabela abaixo *Tabela (b)* mostra a análise da posição financeira e também as despesas realizadas em 2006 e a serem pagas em 2007 que podem também alterar a posição orçamental de 2007.

Descrição	Realizado 2006 (milhões de USD)	Planeado de 2006 (milhões de USD)
Saldo transitado de 2005	2.4	0
Compromissos transitados de 2005	2.4	0
Despesas de 2006	12.3	15.9
Desembolsos no Fundo Comum em 2006	11.6	15.9
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	1.7	0
Compromissos transitados de 2006 a 2007	2.1	0
Disponível para o APB 2007	-0.4	0

Tabela (b) – Análise da Posição Financeira

5 Gestão e Minimização de Riscos

Faz-se referência ao Anexo G- Análise de Riscos parte integrante do APB 2006 – 2009.

6 Quality Assurance

No ano de 2006 não foi realizada nenhuma missão de quality assurance.

7 Lista de anexos e apêndices:

Anexo 1 – Rúbricas incorporadas na Execução Orçamental por via Directa

Anexo 2 – Acções Correctivas da Auditoria Financeira de 2005

ANEXO I – RÚBRICAS ORÇAMENTAIS EXECUTAVEIS NO e-SISTAFE

COD.	DESCRIPTION
10000	Despesas Correntes
11000	Despesas com o Pessoal
111000	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES
111001	Vencimento Base do Pessoal do Quadro
111002	Vencimento Base do Pessoal fora do Quadro
111003	REMUNERÇÃO DO PESSOAL ESTRANGEIRO
111004	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO
111005	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES DO PESSOAL MILITAR
111006	GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA
111007	OUTRAS REMUNERAÇÕES CERTAS
111008	REMUNERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS
111099	Outras
112000	Outras Despesas com o Pessoal
112001	Ajuda de Custo dentro do País
112002	Ajuda de Custo fora do País
112003	Pessoal Estrangeiro
112004	Pessoal Militar
112005	REPRESENTAÇÃO SUBSÍDIO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO DE
112006	VIATURA
112007	Suplemento de Vencimentos
112099	Outras
120000	DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS
121000	Despesas com Bens
121001	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES
121002	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE IMÓVEIS
121003	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
121004	CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS MILITARES
121005	MATERIAL NÃO DURADOURO DE ESCRITÓRIO
121006	MATERIAL DURADOURO DE ESCRITÓRIO
121007	FARDAMENTO E CALÇADO
121008	OUTROS BENS NÃO DURADOURO
121099	Outros Bens Duradouros
122000	DESPESAS COM SERVIÇOS
122001	COMUNICAÇÕES
122002	PASSAGENS DENTRO DO PAÍS
122003	PASSAGENS FORA DO PAÍS
122004	RENDAS DE INSTALAÇÕES
122005	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE IMÓVEIS
122006	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
122007	Transporte e Carga
122008	Seguros
122009	REPRESENTAÇÃO

	CONSULTORIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
122010	RESIDENTE
	CONSULTORIAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO
122011	RESIDENTE
122012	ÁGUA E ELETRICIDADE
122099	OUTROS SERVIÇOS
130000	ENCARGOS DA DÍVIDA
130001	Juros Internos
130002	Juros Externos
130099	OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA
140000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
141000	TRANSFERÊNCIAS A ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
141001	A INSTITUIÇÕES AUTÓNOMAS
141002	A AUTARQUIAS
141003	DIREITOS ADUANEIROS
141004	OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS
141005	A DISTRITOS
141006	A EMBAIXADAS
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A ADMINISTRAÇÕES
141099	PÚBLICAS
142000	TRANSFERÊNCIAS A ADMINISTRAÇÕES PRIVADAS
142001	A PARTIDOS POLÍTICOS
142099	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A ADM. PRIVADAS
143000	TRANSFERÊNCIAS A FAMÍLIAS
143100	PENSÕES CIVIS
143101	APOSENTAÇÃO
143102	SOBREVIVÊNCIA
143103	SUBSÍDIO POR MORTE
143104	Sangue
	SERVIÇOS EXCEPCIONAIS E RELAVANTES
143105	PRESTADOS AO PAÍS
143106	RENDAS VITALÍCIAS
143199	Outras
143200	PENSÕES MILITARES
143201	Reforma
143202	Invalidez
143203	SOBREVIVÊNCIA
143204	SUBSÍDIO POR MORTE
143205	Sangue
	SERVIÇOS EXCEPCIONAIS E RELAVANTES
143206	PRESTADOS AO PAÍS
143299	Outras
143300	Despesas Sociais
143301	SUBSÍDIO DE ALIMENTO
143303	SUBSÍDIO FUNERAL
143399	Outras

143400	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A FAMÍLIAS
143401	Bolsas de Estudo
143402	SUBSÍDIOS DE DIRIGENTES CESSANTES
143403	DESLOCAÇÃO DE DOENTES
143404	PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS
143405	SUBSÍDIO DE REINTEGRAÇÃO
143406	OUTRAS DESPESAS COM DIRIGENTES CESSANTES
143499	Outras
144000	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR
144001	A Organismos Internacionais Gerais
144002	A Organismos Internacionais Sectoriais
150000	SUBSÍDIOS
151000	SUBSÍDIOS A SOCIEDADE
151001	Empresas
151002	A PREÇOS
151003	Juros Bonificados
151099	OUTROS SUBSÍDIOS A SOCIEDADE
152000	OUTROS SUBSÍDIOS
152099	Outros
160000	Outras Despesas Correntes
160001	DOTAÇÃO PROVISIONAL
160002	RESTITUIÇÃO DE COBRANÇAS INDEVIDAS
160003	Visitas de Chefes de Estado
160099	Outras
170000	EXERCÍCIOS FINDOS
170001	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES
170002	Outras Despesas com o Pessoal
170003	Bens
170004	SERVIÇOS
200000	Despesas de Capital
210000	Bens de Capital
211000	CONSTRUÇÕES
211001	HABITAÇÕES
211002	EDIFÍCIOS
211099	Outras
212000	Maquinaria e Equipamento
212001	Meios de Transporte
212099	Outras Maquinárias e Equipamentos
213000	Outros Bens de Capital
213001	MELHORAMENTOS FUNDIÁRIOS
213099	Outros
220000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
221000	A ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
221001	A INSTITUIÇÕES AUTÓNOMAS
221002	A Autarquias
221003	Direitos Aduaneiros

221004	Outros Impostos Indirectos
221005	A Distritos
221006	A Embaixadas
221099	Outras
222000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
222001	ADMINISTRAÇÕES PRIVADAS
222002	FAMÍLIAS
222003	Sociedades
222004	Exterior
222099	Outros
230000	Outras Despesas de Capital
230001	DOTAÇÃO PROVISIONAL
230099	Outras
240000	OPERAÇÕES FINANCEIRAS
241000	OPERAÇÕES ACTIVAS
241001	Capital Social das Empresas
241002	EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO ÀS EMPRESAS
241099	OUTRAS OPERAÇÕES ACTIVAS
242000	OPERAÇÕES PASSIVAS
242001	EMPRÉSTIMOS EXTERNOS
242002	EMPRÉSTIMOS INTERNOS BANCÁRIOS
242099	OUTRAS OPERAÇÕES PASSIVAS

Anexo 2 -Acções Correctivas das Recomendações da Auditoria Financeira de 2005

Item	Recomendação	Causa	Acção Correctiva/ Preventiva
1	Atraso no pagamento do IRPS	Falta de recursos financeiros para o pagamento dos impostos.	O valor atrasado será pago durante o segundo semestre e em relação ao Ano em curso, incluímos no orçamento o valor dos Impostos.
2	Falta de evidência de aprovação do orçamento de 2005		Solicitar em meio de uma carta a aprovação explícita do orçamento anual pelos Membros do Steering Committee.